

Brasil apresenta plano contra a discriminação

Dalila Góes
Da equipe do Correio

O documento oficial que o Brasil levará à 3ª Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, a Xenofobia e a Intolerância Correlata propõe a adoção de cotas e outras medidas afirmativas para garantir o acesso de negros às universidades. Também pede a reparação histórica pela escravidão, a aprovação do Estatuto do Índio e a criação de uma fundação ou secretaria onde estariam centralizadas todas as denúncias que envolvem discriminação no Brasil.

Politicamente correto, o relatório brasileiro que será apresentado entre 31 de agosto a 7 de setembro em Durban, na África do Sul, não garante a implantação de políticas públicas voltadas para negros, homossexuais, índios e outras minorias. De concreto, o governo confirma a presença de uma personalidade negra, ainda não definida, no Conselho de Educação e o carimbo de 20% das verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para a qualificação profissional de negros, principalmente mulheres.

"Não significa que as propostas que estão no documento sejam implementadas. O que estamos levando para Durban é uma orientação política para os órgãos executivos responsáveis, mas não tem poder deliberativo", esclarece o secretário de Estado de Direitos Humanos e presidente do Comitê preparatório para Conferência, embaixador Gilberto Vergne Saboia.

O comitê, criado no ano passado por decreto do presidente Fernando Henrique Cardoso, reúne representantes do governo e da sociedade civil e ficou incumbido de elaborar o documento oficial que será defendido em Durban. De acordo com Saboia, o próprio presidente da República é a favor da reserva de vagas para negros em universidades. "O presidente é favorável a esse tipo de ação afirmativa, desde que seja preservada a qualidade de ensino", comenta o secretário de Estado de Direitos Humanos.

DESCONFIANÇA

Ação afirmativa é uma iniciativa pública ou privada, voluntária ou obrigatória, com objetivo de corrigir efeitos negativos de discriminação passada. São desde programas de qualificação profissional até atividades culturais para aumentar a autoestima dos jovens.

Mas a simpatia presidencial

não basta para convencer os militantes de que o governo brasileiro está empenhado no combate à desigualdade e discriminação entre raças. Integrantes da delegação brasileira, que embarcam para a África do Sul na terça-feira, aproveitarão o encontro da ONU para acusar o governo de falta de ações concretas. Representantes de negros, índios e homossexuais afirmam que há distância entre o discurso adotado internacionalmente e as políticas internas. "O governo terá de impor uma política de cotas. É o mínimo que se pode fazer neste momento", afirma Ivanir dos Santos, representante do movimento negro na delegação oficial brasileira.

Ele aponta duas áreas estraté-

gicas onde, na sua avaliação, a ação governamental é falha: educação e trabalho. De acordo com Ivanir dos Santos, para saldar essa dívida, o ideal é a reserva de 50% de vagas do ensino público universitário para negros e seus descendentes. Saboia acredita que haverá projetos-pilotos sobre o assunto, mas joga a responsabilidade para as universidades e o Ministério da Educação.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1999 a taxa de analfabetismo — que abrange pessoas com mais de 15 anos — era de 21% entre negros e de 19,6% entre pardos, contra uma taxa de 8,3% entre brancos e uma média nacional de 13,3%.

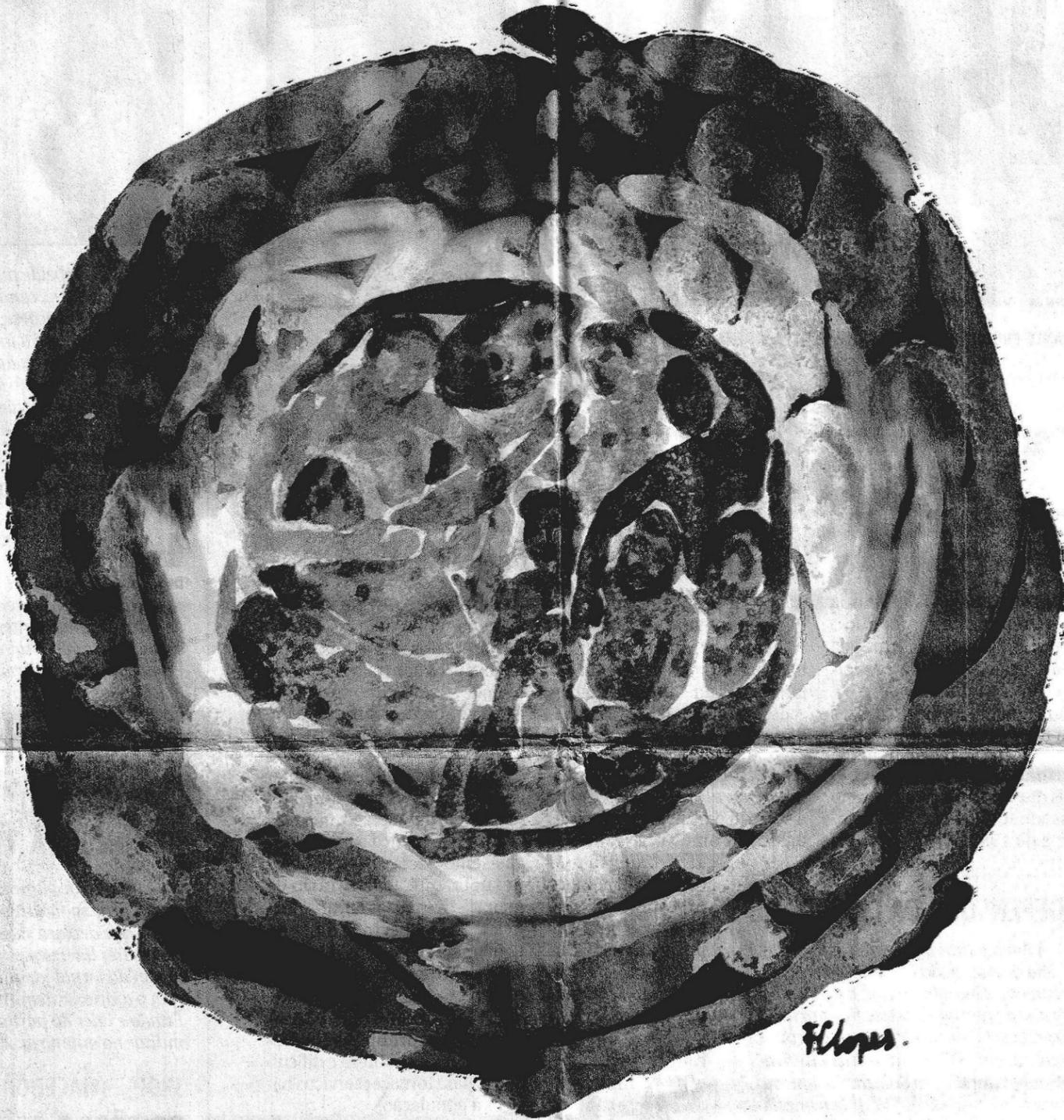
ESCRavidÃO

Outra proposta do documento é a recomendação de que o Brasil reconheça a escravidão de negros e índios, o tráfico de escravos e marginalização de seus descendentes. Pede-se também a inclusão do recorte racial nos programas de combate à pobreza e ao desemprego com mecanismos para garantir o acesso ao serviço público, militar, projetos de qualificação profissional, linhas de crédito especiais e incentivos fiscais às empresas que promovam a igualdade racial. Mas o Secretário de Direitos Humanos acha difícil uma cota de vagas para negros em concursos públicos. "De que vale o discurso da diplomacia se não encontramos medi-

da concretas. A discriminação é fato, quer o governo queira ou não", diz Ivanir dos Santos.

Na questão indígena o relatório pede o apoio da base governista no Congresso Nacional para aprovar o Estatuto do Índio, em tramitação há 10 anos. O novo estatuto regulamenta a Constituição Federal e extingue a "relativa incapacidade civil dos índios". "É uma vergonha ser tutelado pelo Estado. Não há razão para isso", desabafa Azelene Kaingang, representante da delegação indígena na Conferência da ONU. A delegação homossexual aponta que o Brasil é modelo na defesa de propostas de interesse da sociedade civil, mas vai ficar desmoralizado se não apresentar propostas concretas.

Mesmo com tantas queixas, Gilberto Saboia, a maior autoridade na delegação que irá a África do Sul, acredita que o Brasil não é um país racista. "Não diria que existe racismo no Brasil. Ele se apresenta de forma peculiar porque coexiste com outras formas de convivência entre as raças e não assume características de hostilidade. Há no Brasil um tipo de racismo próprio à nossa formação e há por outro lado uma certa facilidade de convivência. Então é uma coisa um pouco ambígua, mas que também abre a porta para o aperfeiçoamento da nossa sociedade. Eu não diria que se você olhar para o Brasil vai dizer 'o Brasil é um país racista'. Isso não combina muito."



RESUMO DAS PROPOSTAS BRASILEIRAS

POLÍTICAS AFIRMATIVAS

Reserva de vagas para promover o acesso dos negros às universidades. Ainda não foi estabelecida a cota

REPARAÇÃO HISTÓRICA

Reconhecimento pelo estado brasileiro de que a escravidão de negros e índios, o tráfico de escravos e a marginalização econômica de seus descendentes configuraram como violações aos direitos humanos

LICITAÇÕES PÚBLICAS

Utilização, no critério de desempate de licitações públicas, da presença de empregados negros, homossexuais e mulheres no quadro funcional

INDÍGENAS

Aprovação do novo estatuto do índio, em tramitação há 10 anos no Congresso Nacional

ORIENTAÇÃO SEXUAL

Criminalização da discriminação fundamentada na orientação sexual